



**A categoria força de trabalho e a Crítica da Economia Política:  
Marx em duas décadas de estudos econômicos (1847-1865)**

*The Concept of Labour Power and the Critique of Political Economy:  
Marx in two decades of economic studies (1847-1865)*

Henrique Wellen<sup>1</sup>

Elton Rosa<sup>2</sup>

Recebimento: 18 de fevereiro de 2021

Aprovação: 15 de abril de 2021

Publicação: 23 de setembro de 2021

**Resumo:** A crítica da economia política de Marx desenvolveu-se e modificou-se com o passar do tempo. Isso se deveu tanto a fatores teóricos quanto políticos. Um aspecto fulcral, no qual essas mudanças se processaram, envolve os debates em torno das categorias trabalho e força de trabalho. A economia política anterior tentou tratar desse tema, mas o seu desenvolvimento insuficiente não a permitiu entender a relação do valor, oriundo do trabalho, com processos de acumulação de capital. Marx conseguiu conectar essas duas dimensões pela distinção, progressivamente mais clara, de trabalho e força de trabalho. Destarte, Marx demonstrou que a acumulação de capital pode ocorrer mesmo em um regime de trocas entre equivalentes, porque essa separação possibilita demonstrar sua principal contribuição teórica: a teoria da mais-valia. O presente trabalho pretende retratar as transformações no trato dessas categorias na trajetória do autor entre 1847 e 1865.

**Palavras-Chave:** Crítica da Economia Política; Trabalho e Força de Trabalho; Acumulação de Capital.

**Abstract:** Marx's critique of political economy has developed and modified itself as time went by. This was due as much to theoretical factors as the political ones. A key aspect over which those changes are processed involves the debates around the concepts of labour and labour-power.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: harw@uol.com.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Mestre em Gestão Pública pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Possui publicações sobre Economia Política e História Econômica. E-mail: eltonrosa@gmail.com.



The former political economy has tried to deal with this topic, but its insufficient development has not yielded it to understand the relationship between value, originated from labour, with the capital accumulation processes. Marx was able to connect those two dimensions through the differentiation, progressively clearer, between labour and labour-power. Thus, Marx showed that capital accumulation can occur even within an equivalent exchanges' regime because this distinction allows him to demonstrate his major theoretical contribution: the theory of surplus-value. This work aims to portray the transformations in dealing with those concepts within the author's trajectory between 1847 and 1865.

**Keywords:** Critique of Political Economy; Labour and Labour-Power; Capital Accumulation.

## 1. Introdução

De forma análoga a tantos outros grandes pensadores, Karl Marx, na sua formação teórica e política, passou por distintos momentos, relacionados tanto a acontecimentos sociais vivenciados como a idiossincráticas dinâmicas de seu desenvolvimento intelectual. Nesse processo, a sua relação com a economia política se apresenta como uma experiência de interesse, tanto pelas inflexões apresentadas durante seus estudos nessa área de conhecimento como pelas relevantes contribuições por ele realizadas.

Entretanto, algumas dessas importantes alterações presentes na formação do pensamento econômico de Marx podem, dependendo do enfoque de estudo realizado, ter seus relevos desconsiderados. O enaltecimento de premissas mais gerais termina, certamente, relegando as especificidades históricas do desenvolvimento intelectual e político do autor estudado. Dentre outros exemplos, a afirmação geral de que a crítica ao modo de produção capitalista foi uma constante nas obras de Marx pode desconsiderar que essa crítica passou por mudanças importantes que podiam remeter a implicações políticas distintas.

Além disso, um dos efeitos colaterais de uma apresentação generalista do pensamento de Marx é equalizar, em obras de contextos históricos variados, as respectivas temáticas abordadas e os específicos sentidos das categorias apresentadas. A categoria força de trabalho possui, dentro



dessa dinâmica, um acento de problematização maior. Isso porque, ainda que essa categoria esteja presente em um longo escopo temporal nas suas obras, ela sofreu importantes modificações.

Tomando como referência duas décadas de formação do pensamento econômico de Marx, de obras datadas entre 1847 e 1865, objetivou-se analisar algumas das principais mudanças que a categoria força de trabalho recebeu no tratamento desse autor. Para tanto, foram escolhidas duas obras seminais: primeiramente, “Trabalho Assalariado e Capital” (Marx, 2010a), que se baseou em palestras realizadas por Marx na Associação de Operários Alemães em Bruxelas, em 1847. Esse trabalho foi publicado, meses depois, em artigos do *Jornal Nova Gazeta Renana*, em Colônia. E, em segundo lugar, “Salário, Preço e Lucro” (Marx, 2010b) que, analogamente, foi uma obra baseada em materiais das apresentações que Marx realizou, em junho de 1865, no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em Londres.

Num primeiro momento, buscamos apresentar informações editoriais, contextuais e teóricas das obras citadas e, posteriormente, realizamos comparações exegéticas entre elas, objetivando destacar diferenças importantes no tratamento da economia política e, em especial, na análise da categoria força de trabalho.

## 2. Contextos e indicações teóricas das obras analisadas

A inspiração inicial mais importante para Marx estudar a economia política veio de um ensaio de Engels (2010a) intitulado “Esboço para a crítica da economia política”. Esse texto, que foi escrito em 1843 e publicado em 1844 nos *Anais Franco-Alemães* – jornal organizado em Paris por Marx –, provocou admiração em Marx até o fim de sua vida. Isso porque, se a sua influência é fundamental nas obras de Marx de 1844, especialmente nos chamados “Manuscritos Econômico-filosóficos” (Marx, 2010c), alguns ensinamentos advindos da leitura desse ensaio foram, segundo relatos do autor, mantidos até a preparação da sua principal obra de crítica à economia política (Marx, 2010d).



É possível identificar, nesses primeiros anos de formação do pensamento econômico de Marx, a realização de uma crítica exterior à economia política. Contudo, não se tratava somente da não aceitação dos postulados e análises realizadas pelos economistas políticos, assim como das categorias por eles empregadas. Nas obras do período citado, a crítica de Marx a essa ciência também vinha carregada por temas e indicações bastante distantes e até estranhas ao tratamento usual dos fatos econômicos.

Os chamados “Manuscritos Econômico-filosóficos”, ou “Manuscritos de Paris”, ou, ainda, “Manuscritos de 1844” (Marx, 2010c), foram escritos entre abril e agosto de 1844, na capital francesa, mas publicados apenas em 1932. Nesse período, Marx também produziu outro conjunto de anotações, que ficaram conhecidas como “Cadernos de Paris”. Esse material, menos sistemático, se constituiu por notas de Marx entre o final de 1843 e o início de 1845 sobre economistas políticos representativos. Analisando-se do ponto de vista dos desenvolvimentos posteriores, se algumas das qualidades originais dessas críticas seriam perpetuadas pela dupla alemã, outras seriam descartadas em momento bastante breve. Também por causa do seu caráter exterior, a crítica realizada à economia política comportava elementos de cunho moral e que não se repetiriam em obras maduras desses autores.

A necessidade de uma incursão científica na economia política ficaria explicitada muito rapidamente em sua trajetória. Em meados de 1845, Marx firmou um contrato com o editor C. W. Leske de Darmstadt para a publicação de um livro sobre a Crítica da Política e da Economia Política. O material inicial que Marx desejava utilizar para essa empreitada eram os seus manuscritos de Paris. Mas, ciente das suas limitações sobre economia política, ele refletiu que precisava de fundamentos mais sólidos para basear a realização do seu projeto (McLellan, 1995). Além disso, alguns fatos políticos catalisaram esse processo e, em pouco tempo, Marx deixou para trás, por exemplo, a sua aversão inicial contra David Ricardo, propondo, então, um conjunto de estudos que durariam décadas.

Os primeiros resultados dessa mudança apareceram em pouco tempo. Antes mesmo da publicação da sua famosa contenda com Proudhon (“Miséria da Filosofia”), em 1847, Marx (2010e)



já tinha realizado novas análises sobre autores da economia política. Uma parte desse material, que apareceu sob o título de “Salários”, foi escrita no final de 1847, a partir de anotações utilizadas por Marx (2010f) para a realização de palestras na Associação de Operários Alemães, em Bruxelas.

A versão revisada e sistematizada desse material foi publicada em abril de 1849, em cinco artigos da Nova Gazeta Renana, que funcionou em Colônia, entre junho de 1848 e maio de 1849. Os cinco artigos são datados de 4 a 7 e 10 de abril de 1849. Entretanto, contrariamente ao desejo do autor, essa atividade editorial não teve prosseguimento e esses textos só viriam a ser republicados depois, em uma edição realizada por Engels em 1891. Essa nova análise da economia política, que serviu de base para a crítica ao modo de produção capitalista, explicitava, já em seu título, a oposição econômica central abordada: “Trabalho Assalariado e Capital” (*Lohnarbeit und Kapital*) (Marx, 2010a).

É importante ressaltar que foi também durante essa estadia em Bruxelas que Marx escreveu, junto a Engels, o “Manifesto do Partido Comunista” (Marx; Engels, 2010a). Publicado em 1848, o texto trata, essencialmente, da apresentação de um programa político baseado na organização da classe trabalhadora, no contexto da estrutura capitalista e da sua respectiva luta de classes. Porém, pode-se observar que há, nessa obra, tanto nas suas análises econômicas como nos seus encaminhamentos políticos, inflexões importantes em relação ao tratamento anterior dado à economia política.

Conforme veremos com mais detalhes no próximo tópico, uma diferença importante se destaca na comparação entre esses materiais escritos por volta de 1849 e as críticas de Marx sobre a economia política datadas de 1844. Cerca de três anos depois dos seus “Manuscritos econômico-filosóficos”, a análise econômica de Marx tinha se tornado aderente a elementos importantes do pensamento de Ricardo, nomeadamente a sua “teoria dos salários”. Inclusive, parte da teoria de Ricardo serviu de munição para a crítica de Marx a Proudhon, em 1847.

Todavia, esses anos de aprendizagem e de formação crítica na economia política terminaram representando, na longa formação de Marx, apenas um pequeno passo inicial. O autor alemão não somente não estacionou nessas leituras e análises como realizou uma incursão de grande escopo e



profundidade nessa ciência. Um importante marco temporal e pessoal desse processo é ter se tornado, junto de sua família, um exilado político em Londres. Marx exilou-se no final de 1849 e ficou por lá até o final da sua vida, em 1883. A chegada nessa cidade foi conturbada e trouxe várias agruras para a família, advindas das difíceis condições de vida. Mas, apesar das maiores dificuldades, o autor alemão conseguiu se dedicar a um estudo teórico sério e metucioso da economia política.

Os principais resultados desse novo esforço analítico começaram a se explicitar a partir do final dos anos de 1850. A sua “Contribuição à crítica da economia política” (Marx, 2010d), em 1859, foi uma primeira sistematização dessa fase. Além dessa, três grandes rascunhos datam do entorno desse período. Entre 1857 e 1858 Marx compôs os chamados “*Grundrisse*”. Entre 1858 e 1861, produziu rascunhos para a “Contribuição”, quando serviram a uma primeira sistematização de seu plano inicial de “O Capital”, projetado à época em sete volumes. Entre 1861 e 1863, ele amontoou outra grande quantidade de páginas nos seus “Manuscritos econômicos”. E, entre 1862 e 1863, o autor alemão produziu outro volumoso trabalho intitulado de “Teorias da mais-valia” que, no início do século XX, foi publicado, com modificações, por Karl Kaustky.

Fundamentado nos avanços teóricos desse período, ele realizou duas palestras, nos dias 20 e 27 de junho de 1865, no Conselho Geral da AIT. Além da finalidade de apresentar um balanço crítico à economia política, essas apresentações também tiveram a finalidade de debater ideias vigentes em organizações trabalhistas inglesas. A figura antagonista central desse debate era um dos líderes do movimento trabalhista inglês – John Weston – que, curiosamente, defendia teses análogas àquelas veiculadas, duas décadas antes, pelo próprio Marx.

Essas apresentações em Londres se transformaram em texto e receberam o título de “Valor, preço e lucro” (*Value, price and profit*). Ressalta-se que, pelo receio de antecipar análises econômicas mais complexas, que estavam tendo as suas exposições preparadas em “O Capital”, Marx evitou a publicação desse material na época (cf. Marx; Engels, 2010b, p. 467). Esse texto seria publicado apenas em 1898, por sua filha, Eleanor Marx, com notas e adaptações de Edward Aveling. Posteriormente, por questões editoriais, o título, seguindo a tradução alemã, passou para “Salário,



preço e lucro” (*Lohn, Preis und Profit*). Dois anos depois dessas apresentações, começou a ser publicada a grande obra de Marx sobre a crítica da economia política. Em 1867, veio a público o primeiro dos três livros de “O Capital”. Antes dessa publicação, Marx (2010g) já tinha revisado, algumas vezes, a organização da estrutura integral da sua obra, atentando para as conexões e mediações de análise e de exposição entre as diversas categorias e os complexos econômicos.

Por isso que, na época das apresentações de Marx aos trabalhadores ingleses, o autor já tinha noção não apenas da originalidade da sua crítica à economia política, mas também das dificuldades expositivas da sua análise. Isso porque dentro desses avanços analíticos se encontrava a pedra de toque da sua teoria, uma categoria que iria revolucionar os pilares da economia política: a mais-valia. É nessa dinâmica que se encontra a utilização da categoria força de trabalho que não foi uniforme ao longo do desenvolvimento da crítica da economia política. Os tratamentos dados à categoria força de trabalho, quando comparados por meio de quase duas décadas de formação do pensamento desse autor, anunciam lições teóricas importantes.

### 3. Karl Marx e a economia política

Algumas versões do opúsculo “Trabalho assalariado e capital” se encontram antecidas por uma introdução didática escrita por Friedrich Engels (2010b). O dilema apresentado pelo parceiro de várias décadas de Marx é cristalino e reflete sobre pontos positivos e negativos acerca da publicação da obra, mantendo ou não as suas sentenças e categorias originais. Para substanciar a sua posição, Engels utiliza dois argumentos centrais: a indicação de qual seria a finalidade central da publicação da obra e a necessidade de se atentar para os momentos da formação econômica de Marx, especialmente nas suas inflexões ocorridas.

Em relação ao primeiro ponto, a indicação de Engels é bem direta e não requer problematização. Uma obra póstuma, quando apreciada em relação à memória histórica do seu autor, pode servir, de um lado, a uma apresentação precisa e imanente das ideias ali apresentadas, aproximando-se de estudos de tipo etimológico e biográfico; ou à apresentação dessas ideias de



acordo com o desejo, seja este político, subjetivo ou afetivo, legado pelo autor. Diante das idiossincrasias do desenvolvimento do pensamento de Marx, as duas formas de apresentação da sua obra podem se antagonizar, demarcando finalidades e implicações distintas.

Ao se perguntar sobre a necessidade de alteração do texto para a sua publicação, Engels (2010b, p. 20) afirmou que, do ponto de vista da apreciação da “evolução espiritual do autor”, é natural que o público tenha “indiscutível direito a uma reprodução sem alterações desses escritos mais antigos. E não me passaria pela cabeça modificar uma só palavra que fosse”. Entretanto, prossegue o autor, a necessidade de alteração do texto “muda quando a nova edição se destina quase exclusivamente à propaganda entre operários. Nesse caso, Marx teria incondicionalmente posto de acordo a antiga exposição, que data de 1849, com o seu novo ponto de vista” (Engels, 2010b). Isso porque “nos anos de 1840, Marx ainda não havia terminado a sua crítica da Economia Política. Isso só aconteceu nos finais dos anos de 1850” (Engels, 2010b, p. 20).

De fato, os anos 1850, em especial a sua segunda metade, foram marcantes para a formação econômica de Marx. Contudo, é preciso ressaltar que, além de grande parte desses estudos ter sido rascunhada e sistematizada entre 1861 e 1863, destacam-se as apresentações de 1865 e, principalmente, a publicação da primeira edição de sua obra magna, que ocorreu em 1867. Além disso, especialmente na precisão expositiva da teoria do valor, Marx, mesmo com sérias implicações físicas e mentais, manteve uma meticulosidade teórica, o que influenciou a alteração das edições posteriores de “O Capital”. Em outras palavras, ainda que o final de 1850 tenha destaque na formação de Marx, essa limitação temporal não permite afirmar que o autor “havia terminado a sua crítica da Economia Política”.

Vale, então, de forma mais precisa, a elucidação seguinte de Engels (2010b, pp. 20-21): “por isso, previno já o leitor: esta é a brochura não como Marx a redigiu em 1849, mas, aproximadamente, como ele teria escrito em 1891”. E, para ser bem explícito sobre o marco das mudanças do pensamento econômico de Marx, ele sintetizou: “as minhas alterações giram todas em torno de um ponto. Segundo o original, o operário vende ao capitalista o seu **trabalho** em troca do salário; segundo o texto atual, ele vende a sua **força** de trabalho” (Engels, 2010b, pp. 20-21).



Uma leitura mais superficial da indicação anterior poderia não apenas relativizar esses destaques de Engels, mas também apontar para a sua irrelevância, conjecturando uma relação de sinonímia entre as categorias **trabalho** e **força de trabalho**. A importância dessa distinção se encontra na própria história do pensamento econômico ; quando antes da inovadora análise econômica de Marx, as duas categorias citadas tendiam para um tratamento de equivalência, mesmo que, em alguns casos, isso resultasse em dilemas e contradições analíticas.

Nesse sentido, a economia política, ao analisar a riqueza, tanto se questionou acerca da sua fonte como da sua medida. Duas correntes teóricas se destacaram nessa dinâmica, apontando para perspectivas distintas e, até mesmo, antagônicas. De um lado, as teorias utilitaristas e marginalistas tenderam a uma análise mais subjetiva do fenômeno, isto é, com um ponto de vista que parte do indivíduo, colocando como central as preferências dos consumidores em um ambiente no qual poderiam fazer escolhas diante de uma restrição orçamentária. De outro lado, a chamada teoria do valor trabalho tentava derivar os valores das mercadorias a partir do esforço necessário para a sua produção ou do trabalho contido em uma unidade de produto. Mesmo a teoria do valor trabalho tem múltiplas perspectivas e foi com esse campo, da economia política clássica, que Marx mais dialogou durante a sua trajetória intelectual, embora não tenha ignorado a primeira.

As pesquisas dos economistas políticos ingleses seguiram a trilha do valor-trabalho aberta pelos fisiocratas. Adam Smith manteve-se na determinação do valor das mercadorias pelo trabalho, mas ampliou o sentido dessa categoria. E é isso que diferencia os clássicos dos fisiocratas. No lugar do trabalho delimitado pelas atividades agrícolas, Smith apresentou essa categoria a partir de um escopo bastante amplo que abarcaria todas as formas de atividades realizadas na produção (Roncaglia, 2005).

Um problema, contudo, estava presente na economia política clássica: a busca pela medida padrão e estável do valor era defrontada como uma constante oscilação real de preços no mercado. Para balizar essas dimensões, algumas tentativas foram postas. Uma delas seria, por exemplo, empregar categorias de preço natural e preço de mercado. O primeiro seria determinado na produção, relacionado com o tempo de trabalho ou dificuldade de produção, a depender da



abordagem. O segundo seria resultado de disputas no mercado. E, mesmo que houvesse uma tendência de aproximação do primeiro ao segundo, ainda assim o dilema do valor permanecia. Além disso, outra questão parecia contradizer diretamente essa perspectiva: se o valor da mercadoria produzida for igual ao valor de compra da mesma mercadoria, há lucro? Ou seja, quando se insere o lucro nessa relação, como ficaria essa equivalência? (Napoleoni, 1957). Um dilema da economia política conectado a esse problema foi também analisado por Engels (2010b) na referida introdução de 1891 e pode ser assim sintetizado, e seria feito em termos aplicados tanto ao jovem Marx quanto à economia política: se o trabalho determina o valor das mercadorias, o que determina o valor do trabalho?

A economia política tentou dar uma resposta a esse dilema com Ricardo. A seu ver, o trabalho, como qualquer outra mercadoria, deveria ter o seu valor medido pelos seus custos de produção. Esses seriam os custos relativos à manutenção do trabalhador e de sua família e seriam expressos no valor de troca destinado a este fim: os salários. Ele, então, conectou essa determinação com a tendência de rebaixamento dos salários às condições mínimas de subsistência graças à ampla concorrência existente entre os trabalhadores (Ricardo, 1911). Assim, bastaria saber quais os valores das mercadorias equivalentes aos salários dos trabalhadores para saber o valor dos trabalhos. A proposta de Ricardo gerou, portanto, avanços e retrocessos em relação à economia política precedente. De um lado, o autor inglês precisou melhorar a categoria trabalho. De outro lado, ele terminou não somente criando uma tautologia de análise como direcionou a determinação do valor para o mercado. A mercadoria teria o seu valor determinado pelo trabalho, o trabalho teria o seu valor medido pelo salário do trabalhador e o salário seria equivalente aos valores das mercadorias a serem compradas. No final, o valor das mercadorias, manifestado na esfera da circulação pelo seu preço (conforme as categorias da crítica da economia política), seria a fonte de determinação, na esfera da produção, do próprio valor das mercadorias. A questão se mantinha: se o trabalho determinava o valor das mercadorias, o que determinava o valor do trabalho?

A saída estava, então, na conjunção dessas duas questões e a dificuldade poderia se encontrar num problema de formulação da pergunta ou de uma captação inadequada das categorias mais



importantes. A resposta mais madura de Marx se encontraria na diferenciação entre o valor de troca da mercadoria trabalho e o valor produzido pela realização do trabalho.

#### 4. Trabalho x Força de Trabalho: entre duas décadas de estudos de Marx

Se, durante os anos de 1843 e 1844, a relação de Marx com a economia política era marcada por uma rejeição de cunho filosófico e moral, nos anos seguintes essa visão passou por algumas mudanças, com destaque para a assimilação da teoria dos salários de Ricardo. Conforme explicitado inicialmente, como referências das inflexões existentes nesse período, podem-se destacar duas obras teóricas centrais: os “Manuscritos Econômico-filosóficos” (Marx, 2010c) e “Trabalho Assalariado e Capital” (Marx, 2010a).

Para facilitar as análises desta última obra, iniciada em 1847 e publicada em 1849, utilizaremos os textos originalmente publicados na Nova Gazeta Renana. Nesse material, pode-se observar que, como os autores predecessores da economia política, Marx empregava, sem distinções, as categorias trabalho e força de trabalho. A seguinte afirmação, publicada na Nova Gazeta Renana do dia 5 de abril de 1849, serve de exemplo: “o salário é a soma de dinheiro que o burguês [capitalista – inserido por Engels] paga por um determinado tempo de trabalho ou por determinado fornecimento de trabalho” (Marx, 1961, p. 388).

O trabalho seria, portanto, a mercadoria que os trabalhadores detinham e que trocavam, “em uma proporção determinada”, “pela mercadoria do capitalista, por dinheiro” (Marx, 1961, p. 389). Nesse sentido, o salário seria, “pois, apenas um nome específico para o **preço do trabalho**, para o preço dessa mercadoria peculiar, que não é abrigada senão na carne e sangue humanos” (Marx, 1961). E, como qualquer outra mercadoria, o trabalho também teria o seu preço regulado pelo mercado e pelos custos de produção:

A remuneração do trabalho ora subirá, ora cairá, conforme se configure a relação entre a oferta e a procura, conforme se configure a concorrência entre os compradores de trabalho, os capitalistas, e os vendedores de trabalho, os trabalhadores. As oscilações dos preços das



mercadorias correspondem, em geral, às oscilações do salário. Mas dentro dessas oscilações, o preço do trabalho será determinado pelos custos de produção, pelo tempo de trabalho necessário para produzir essa mercadoria, o trabalho.

Quais são, então, os custos de produção do próprio trabalho?

São os custos requeridos para manter o trabalhador como trabalhador e formá-lo como trabalhador . . .

O preço de seu trabalho será, pois, determinado pelo preço dos meios e subsistência necessários (Marx, 1961, p. 406).

A ideia apresentada por Marx nesse texto era, sinteticamente, similar à anteriormente defendida por Ricardo, cuja consequência era um rebaixamento, por forças de mercado, ao patamar mínimo de subsistência. Com esses postulados, o trabalho teria seu valor medido nas mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador e essas condições de sobrevivência tenderiam, pelas leis do mercado, a se tornarem cada vez mais baixas, aproximando-se do mínimo necessário. Salienta-se que o destaque final dessa assertiva se revela na tendência de pauperismo absoluto, ideia presente na juventude de Marx, mas superada com o avanço de suas investigações. Além disso, uma teoria dessas era incapaz de explicar o lucro com base em uma teoria do valor trabalho. De forma similar à Economia Política, e de maneira análoga a Ricardo (1911, p. 70), é possível observar, nos textos da Nova Gazeta Renana, o antagonismo direto entre as magnitudes dos salários e lucros.

O trabalhador recebe meios de subsistência em troca de seu trabalho, mas o capitalista, em troca de seus meios de subsistência, recebe trabalho, a atividade produtiva do trabalhador, a força criadora pela qual o trabalhador não apenas repõe o que consome, mas também **entrega ao trabalho acumulado um valor maior ao que ele possuía anteriormente** (Marx, 1961, p. 409, negritos nossos).

Se o capitalista consegue se apropriar de um valor superior àquele pago ao trabalhador pelo seu salário, a questão apresentada é, portanto, qual é a fonte dessa diferença de valor? Segundo a afirmação de Marx, o trabalhador seria detentor de uma “força criadora” capaz não somente de repor o que ele consome, mas também de criar um valor superior. Para tanto, seguindo os cânones da economia política, o autor alemão ratifica que o trabalho é a única fonte de criação de valor e prossegue na análise da medida desse valor. Se esse valor superior, apropriado pelo capitalista, pudesse ser expresso pelo lucro, faltaria, assim, indicar qual seria a origem do lucro.



Depois de tratar o desenvolvimento das forças produtivas e indicar o papel da concorrência capitalista para esse processo, Marx faz uma afirmação acerca das relações entre os preços e os custos de produção. Para explicitar a conexão dessa assertiva com a nossa análise, apresentamos a frase intercalada com as alterações realizadas posteriormente por Engels:

O capitalista, porém, não venderá a vara inteira [de linho – acréscimo dos autores] tão barato quanto seus concorrentes vendem meia vara, apesar de a produção da vara inteira não lhe custar mais do que meia vara aos outros. Caso contrário ele não ganharia nada [**extra** - inserido por Engels], mas receberia em troca [alterado para **estorno** por Engels] somente os custos de produção (Marx, 1961, p. 418).

A implicação dessa citação é que a fonte dos lucros do capitalista se localizaria posteriormente ao processo de produção, por meio de uma imposição de um preço de venda superior ao que foi gasto para a produção da mercadoria. No exemplo de Marx, o trabalhador recebeu 5 unidades de prata de salário, mas gerou uma receita de 10 unidades de prata ao capitalista. E essa diferença no montante de dinheiro, que remeteria ao lucro, ocorreria porque, na condição de proprietário dos meios de produção, o capitalista poderia ofertar a mercadoria por um preço superior aos seus custos de produção. Assim, deve-se deixar claro que essa análise ainda não é a da mais-valia.

Há algumas contradições nessa apresentação: o trabalho determinaria o valor das mercadorias, mas o seu lucro surgiria tão somente depois desse valor ser criado, por meio da imposição, na esfera do mercado, de um preço superior. Além disso, um dos pressupostos dessa análise era que o salário do trabalhador seria determinado, de um lado, tendencialmente pelas relações de mercado e, de outro, transferiria para a mercadoria o valor que derivou da sua realização. Como mercadoria, o trabalho teria o seu preço medido pelas oscilações do mercado e, devido às disputas concorrenciais, em um contexto de população em crescimento mais rápido do que a demanda capitalista por trabalhadores, tenderia a ser rebaixado ao mínimo. Já na esfera da produção, o trabalho seria a fonte de criação de valor, o único elemento capaz de determinar o valor das mercadorias produzidas.



Em momentos de crescimento populacional acelerado em relação à demanda por trabalhadores, o primeiro fator é mais importante do que o segundo, e as oscilações dos preços influenciariam na determinação do valor das próprias mercadorias. Da mesma forma, questiona-se: se, no momento em que a mercadoria fosse vendida pelo valor exato referente aos seus custos de produção, não existisse lucro, onde se localizaria, conseqüentemente, a exploração do trabalhador?

Na análise dessa obra de Marx, a lei de funcionamento do modo de produção capitalista, a concorrência imporia uma progressiva equiparação entre o preço e os custos de produção. Nas palavras do autor, “é esta lei, e não outra lei, aquela que, no âmbito das oscilações das fases do comércio, equipara necessariamente o preço de uma mercadoria a seus *custos de produção*” (Marx, 1961, p. 419). Tal como as demais mercadorias, o trabalho também teria o seu valor perpassado por essa determinação. Consta no texto de Marx, a respeito da concorrência entre trabalhadores, que “aumenta a concorrência, cai o salário” (Marx, 1961, p. 420).

Sob esse prisma, a conclusão de Marx no final dos anos 1840 seria de que a luta por melhores salários seria algo contraproducente para a classe trabalhadora, pois as leis da concorrência colocariam por terra quaisquer conquistas derivadas desses esforços: o aumento de salário provocaria aumento de preços, reduzindo a capacidade de compra dos trabalhadores. O fato curioso é que, em 1865, a análise de Marx é equivalente a uma autocrítica ao seu trabalho mais juvenil, mas, agora, essas ideias são representadas pelo líder sindical John Weston (Marx 2010b). É nesse contexto que, partindo da análise da relação entre valor e trabalho, ele discorreu sobre uma perspectiva que continha análises inéditas com relação à economia política e que aportam inflexões em relação às suas obras do final da década de 1840.

Um primeiro ponto que carecia de desmistificação foi a relação entre preço e valor:

A oferta e a procura regulam apenas as *flutuações* temporárias dos preços de mercado. Elas explicam porque o preço de mercado de uma mercadoria sobe acima ou cai abaixo do seu valor, mas nunca podem explicar o próprio *valor* (Marx, 2010b, p. 118).

Diferentemente de sua posição de 1849, a análise de Marx em 1865 indica a necessidade de distinguir o valor de uma mercadoria e o seu preço; diferenciar aquilo que se expressa na circulação



e aquilo que resultou do processo de produção. Nesse sentido, ele apresenta, de forma inicial, a conexão dessa análise com a determinação dos lucros: “essa concorrência, por certo, equaliza as diferentes taxas de lucro em diferentes negócios, ou as reduz a um nível médio, mas ela nunca pode determinar o próprio nível, ou a taxa geral do lucro” (Marx, 2010b, p. 119).

A questão então colocada por Marx refere-se tanto à determinação do valor das mercadorias como dos lucros. Isso o guia para questionar: “a primeira questão que temos de colocar é: o que é o *valor* de uma mercadoria? Como ele é determinado?” (Marx, 2010b, p. 120). Para tanto, ele elucida: “qual é a substância social comum de todas as mercadorias? É o *trabalho*. . . E eu afirmo que não apenas o trabalho, mas o trabalho social” (Marx, 2010b, p. 121); “Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem um valor porque ela é uma cristalização de trabalho social” (Marx, 2010b, p. 122).

Utilizando termos que ficariam mais conhecidos após a publicação de “O Capital”, Marx afirma que o trabalho é uma qualidade presente em todas as mercadorias e que a quantificação de valor se dá em função do seu tempo, socialmente considerado. As mercadorias têm o seu valor determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário utilizado na sua produção, isto é, considerado como uma média social da qualificação de cada trabalhador, do tempo despendido, na referida sociedade, para a produção das mercadorias sobre as quais se trata. Essa relação é perpassada, portanto, pelas condições de produção, que têm relação com as forças produtivas.

De toda forma, é importante ressaltar que, nessa obra de 1865, Marx se refere à determinação do valor das mercadorias pelo trabalho e não à análise dos seus preços a partir dos salários. Para avançar na elucidação dessas diferenças, pode-se indicar a questão norteadora explicitada pelo autor:

Eu suspeito que muitos de vocês irão perguntar: então existe uma ampla ou até alguma pequena diferença, entre a determinação dos valores das mercadorias pelos salários, e a sua determinação pelas quantidades relativas de trabalhos necessários à sua produção? Vocês precisam, entretanto, prestar atenção que a retribuição pelo trabalho e a quantidade de trabalho são coisas bastante diferentes (Marx, 2010b, p. 122).



Um dos problemas centrais da economia política era conseguir conectar, de forma sistemática, as duas faces do trabalho: do lado da esfera da produção, representando a única fonte de valor das mercadorias; do lado da circulação, operando como uma mercadoria que tinha seu preço regulado pelas leis de mercado. A saída para esse problema só viria à tona com as contribuições de Marx, marcadamente das suas análises realizadas a partir do final dos anos 1850.

Nos termos anteriormente citados por Marx, destaca-se a importância de se diferenciar a “retribuição pelo trabalho” da “quantidade de trabalho”, ou seja, o montante recebido pelo trabalhador e a sua contribuição ao processo de valorização da mercadoria. Esses dois elementos, por seu turno, se localizam em esferas distintas: a retribuição do trabalhador se localiza na esfera da circulação e se manifesta nos salários; a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho se situa na esfera da produção e expressa aquilo que foi objetivado pelo trabalhador. A falta de tratamento diferenciado entre essas duas esferas pode ter sido uma das razões das dificuldades da economia política.

A apresentação de junho de 1865, no Conselho Geral da AIT, em Londres, serviu como teste da exposição de algumas das análises inéditas de Marx. Seguindo o seu roteiro, para chegar ao ponto central da sua discussão, dois momentos eram essenciais. O primeiro ponto, referente à análise da natureza dos lucros capitalistas, conduzia à relação dessa categoria com a determinação valor:

Assim sendo, falando de forma geral e considerando períodos de tempo longos, se todas as espécies de mercadorias são vendidas pelos seus valores, é absurdo supor que o lucro, não em casos individuais, mas o lucro constante e usual de diversos setores, seja resultado de uma majoração dos preços das mercadorias, ou de uma venda por um preço acima ou abaixo do seu valor. O absurdo desta ideia se torna evidente na sua generalização. O que uma pessoa ganha constantemente como vendedor ele perderá constantemente como comprador (Marx, 2010b, p. 127).

Na esfera da circulação, quando as mercadorias são trocadas por preços que correspondem aos seus valores, ocorre uma troca sem transferência de valor para nenhuma das partes. Porém, se um vendedor aumenta ou diminui o preço da mercadoria e o comprador paga mais ou menos por



essa mercadoria, isso tem implicações exclusivas para a dupla. Contudo, quando se generaliza esse caso, é de esperar que um aumento no preço da venda de uma mercadoria termina sendo compensado pelo aumento do preço da compra de outra mercadoria<sup>3</sup>.

Além disso, sob o enfoque da produção de mercadorias, a oscilação dos seus preços não altera o seu valor, isto é, **a quantidade de trabalho socialmente necessário que foi despendido na sua produção continua a mesma**. Dessa forma, para entender a fonte geral dos lucros, é preciso ter o valor como norte:

Para explicar, portanto, a natureza geral dos lucros, vocês devem começar pelo teorema que, em média, as mercadorias são vendidas pelos seus valores reais<sup>4</sup>, e que os lucros surgem das suas vendas pelos seus valores, ou seja, proporcionalmente à quantidade de trabalho realizado nelas. Se vocês não conseguirem explicar o lucro a partir desta premissa, vocês não conseguirão explicar de nenhuma maneira (Marx, 2010b, p. 127).

Ao se comparar a citação anterior com afirmações apresentadas por Marx em obras suas de quase duas décadas anteriores, percebe-se uma clara inflexão. Como vimos, no texto publicado em 5 de abril de 1849, o autor indicava que o lucro do capitalista apareceria pela imposição de um preço maior em relação aos custos de produção. Nas palavras de Marx (1961[1849]), se isso não ocorresse, o capitalista “não ganharia nada, mas receberia somente os custos de produção”. Entretanto, tal posição diverge bastante da apresentada em 1865, quando o autor sentencia que, em abstrato, “os lucros surgem das suas vendas pelos seus valores”.

O problema é que, analisando a partir do enfoque da produção do valor, o lucro não consegue ser visualizado puramente a partir da análise dos “custos de produção”<sup>5</sup>. Há vários elementos que

<sup>3</sup> Deve-se, contudo, deixar em aberto que esse é um momento abstrato da discussão de Marx. Em formas mais concretas, deve-se considerar que ora esta, ora aquela mercadoria, está em uma posição de preço desproporcional em relação ao seu valor, de modo que seu vendedor captura ou perde valor na circulação. O abstrato, nesse particular, é o caso médio, e a intenção de Marx, com esse caso, é demonstrar a possibilidade de acumulação de capital na ausência de preços acrescidos acima do valor correspondente ao resultado da produção.

<sup>4</sup> Nesse caso, a utilização do termo valor real por Marx na conferência é um claro sinal de que seu pensamento ainda iria evoluir. Essa expressão, valor real, seria convertida em apenas valor, sem dubiedades, a partir de 1872, na segunda edição do livro primeiro de “O Capital”.

<sup>5</sup> Embora em nível mais concreto seja fundamental para a concepção da formação das taxas médias de lucro, como ocorre no Livro III de “O Capital”. A questão é que Marx não está trabalhando com esse nível de concreção nesse momento, e, portanto, a ideia de custos de produção quando está definindo as características do valor é algo



constituem os custos necessários para se produzir uma mercadoria, entre meios de produção e salários. Ao se somar todos esses preços, chega-se ao montante monetário gasto na produção. A perspectiva dos custos de produção das suas obras maduras em análise mais concreta também inclui, na sua soma, um lucro médio esperado. Essa cifra é essencial para a contabilidade empresarial e não representa algo falso, mas é um procedimento que esconde algo essencial ao processo.

Ao se referir ao valor das mercadorias, Marx indica a quantidade de trabalho socialmente necessário que foi despendido na sua produção. Vista em retrospectiva, essa mercadoria é, no fundo, conforme indicaram economistas precedentes a Marx, uma mistura entre duas ações humanas: o trabalho vivo e o trabalho morto; o trabalho presente e o trabalho anterior; o trabalho realizado durante o processo de produção da mercadoria e o trabalho que foi realizado anteriormente para produzir os elementos sobre os quais se baseia a produção presente (que produziram matérias-primas, insumos, equipamentos, máquinas, água, energia elétrica etc.). A soma do tempo desses dois conjuntos de trabalhos, consideradas as alíquotas temporais respectivas de cada um desses trabalhos que correspondem à cada unidade da mercadoria final, bem como as alíquotas de cada elemento de trabalho morto, determina o valor da mercadoria em questão. Indaga-se: como se trata do valor que os trabalhadores produziram no processo de produção, então esse será o equivalente dos seus salários?

Aqui reside o núcleo do dilema referido da economia política clássica. Mas, na verdade, não somente não existe equivalência entre trabalho e força de trabalho, como sequer ocorre a possibilidade de uma comparação quantitativa entre elas<sup>6</sup>. Isso porque, para a realização dessa comparação quantitativa, seria necessária a identificação de uma qualidade comum entre elas. E, no

---

problemático, visto que várias ideias importantes, como rotação do capital, lucro comercial e juros ainda não estão presentes na análise.

<sup>6</sup> Esse equívoco levou Smith a um problema: “Ele [Smith] nos diz que originalmente, e em teoria, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador” (Marx, 2010c, p. 239). Marx é crítico a essa posição: quando jovem, por enxergar essa remuneração como baixa em relação ao produto; quando mais maduro, a crítica é que, ao igualar involuntariamente força de trabalho e trabalho, Smith atribui as qualidades que permitem avaliar a remuneração da primeira ao segundo. Logo, o valor pago à jornada vai aparecer como sendo correspondente ao valor do produto, quando na verdade é o valor da força de trabalho.



fundo, trata-se de duas categorias diferentes e que possuem qualidades específicas: o trabalho é um processo e a força de trabalho uma mercadoria.

Nas palavras de Marx (2010b, p. 128), “o que o operário vende não é propriamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela”. O trabalhador recebe, por meio do salário, o preço referente à venda da sua força de trabalho. Esse preço oscila a partir das relações de mercado e pela conjuntura das classes. Contudo, essa oscilação não invalida que, por se tratar de uma mercadoria, ela também tenha um valor: “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 2010b, p. 130).

O valor das mercadorias criadas no processo produtivo capitalista não é, contudo, determinado pelos salários. Os salários constam nos custos de produção. Mas o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na sua produção. Aqui se encontra a ação do trabalhador, o processo de trabalho, que pode ser medido pelo seu tempo de duração.

O trabalho é o consumo da força de trabalho. Esta, quando trocada no mercado, expressa quantitativamente como seu valor de troca (e não o seu valor) o montante correspondente ao salário. De um lado, tem-se o montante que o capitalista pagou, em forma de salário<sup>7</sup>, ao trabalhador. De outro lado, consta o valor que o trabalhador adiciona no processo produtivo, além de transferir o valor dos elementos do trabalho morto necessários ao processo:

O valor diário ou semanal da força de trabalho é totalmente distinto do exercício diário ou semanal desta força, da mesma forma que a comida consumida por um cavalo e o tempo que ele pode carregar o cavaleiro são bastante diferentes. A quantidade de trabalho que limita o valor da força de trabalho do trabalhador não limita a quantidade de trabalho que a sua força de trabalho pode executar (Marx, 2010b, pp. 130-131).

Observa-se, portanto, que se trata de duas coisas distintas. E essas distinções também se referem à propriedade sobre as mercadorias em jogo, assim como aos seus respectivos valores:

<sup>7</sup> Que, em determinados contextos concretos, pode se situar acima ou abaixo do valor da força de trabalho.



“Como o trabalhador vendeu a sua força de trabalho ao capitalista, o valor total produzido por ele pertence ao capitalista, o possuidor *pro tempore* da sua força de trabalho”. (Marx, 2010b, p. 131). É aqui que se torna possível a concepção da mais-valia que ocorre quando a “proporção em que a jornada de trabalho é prolongada acima e além do tempo em que o operário, pelo seu trabalho, irá apenas reproduzir a o valor da sua força de trabalho, ou repor o seu salário” (Marx, 2010b, p. 131).

Sinteticamente:

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total de trabalho nela contida. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho é realizada no valor em que o seu equivalente foi pago na forma de salários; e outra parte está realizada em valor que nenhum equivalente foi pago. Parte do trabalho contido na mercadoria é trabalho pago; parte é trabalho não pago. Portanto, ao vender a mercadoria pelo seu valor, como cristalização da quantidade total de trabalho nela aplicado, o capitalista precisa, necessariamente, vendê-la com lucro (Marx, 2010b, p. 134).

Marx demonstra, assim, que o lucro não é necessariamente a imposição de um preço superior. Pelo contrário, a base do lucro já se encontra dentro do processo produtivo, na apropriação de parte do valor criado pelo trabalhador na realização do seu trabalho. Essa análise, portanto, só é possível de ser realizada quando se distinguem as categorias trabalho e força de trabalho.

## 5. Considerações finais

Engels (2010b, p. 28), na sua introdução à obra de 1865 de Marx, comentou: “a dificuldade em que fracassavam os melhores economistas, enquanto partiram do valor do ‘trabalho’, desapareceu logo que, em vez disso, partamos do valor da ‘força de trabalho’”. A tese que igualava o que o trabalhador recebe como salário com o valor que é produzido por meio da realização do seu trabalho representou um obstáculo analítico para alguns dos melhores pensadores da economia política.

Os obstáculos com que os economistas políticos se depararam, contudo, não eram fruto de uma incapacidade. Pelo contrário, tratava-se dos mais hábeis pensadores. Contudo, uma das premissas da economia política era a naturalização e eternização da sociedade capitalista. Mesmo nos melhores teóricos dessa ciência, como Smith e Ricardo, existia, com diferentes nuances, a



tendência de eternização ideológica – porém justificável do ponto de vista histórico – do modo de produção capitalista, compreendendo-o como existente em todas as épocas.

Com isso, a identificação de antagonismos entre as classes na vida econômica, até Ricardo, teve atenção menor<sup>8</sup>. Como Marx asseverou, para superar o dilema central dessa ciência, seria preciso, além do seu estudo, fazer também uma “crítica da economia política”. A categoria da mais-valia representou um ponto culminante desse processo: tanto resultou em avanço a partir das análises e postulados da economia política, como, para superar os obstáculos apresentados nessa ciência, precisou confrontar esse referencial teórico.

Todavia, Marx precisou efetuar várias revisões nas suas obras enquanto sua maturidade intelectual se desenvolvia. Não obstante, o esforço e a dedicação de Marx à crítica da economia política não se findaram em meados dos anos de 1860. Alguns importantes problemas presentes em obras desse período precisaram de mais tempo para serem superados, entre os quais a distinção entre valor de troca e valor. Isso sem falar de todo o edifício da crítica de economia política ainda a ser desenvolvido tanto pelo autor quanto pelas gerações posteriores: a teoria do valor e a mais-valia são imprescindíveis para a compreensão do modo de produção capitalista, mas não são suficientes.

## Referências

- Coutinho, M. C. (1990). *Lições de Economia Política Clássica*. Campinas: IE (Tese de Livre Docência).
- Engels, F. (2010a). Outlines of a Critique of Political Economy. In: Marx, K.; Engels, F. *Collected Works*. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart
- \_\_\_\_\_. (2010b) Introdução de F. Engels para a edição de 1981. In: MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Expressão Popular

<sup>8</sup> Ricardo escrevendo em uma época em que os conflitos de interesses das classes sociais deixavam de ser latentes e se manifestavam, teve de lidar diretamente com o problema e acabou convertendo a Economia Política de uma teoria da riqueza da nação em uma teoria da distribuição (Coutinho, 1990).



- Marx, K. (2010a). Wage Labour and Capital. *In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. Collected Works. Volume 09 (Marx and Engels 1849). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. Value, Price and Profit. (2010b). *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 20 (Marx and Engels 1864-68). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. (2010c). *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. A Contribution to Critique of Political Economy. (2010d). *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 29 (Marx 1857-61). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. (2010e). The Poverty of Philosophy. Answer to the Philosophy of Poverty by M. Proudhon. *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 06 (Marx and Engels 1844-48). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. Wages. (2010f). *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 03 (Karl Marx March 1843-August 1844). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. (1961). Lohnarbeit und Kapital. *In: Marx, K.; Engels, F. Werke. Band 6. Berlin: Dietz Verlag*
- Marx, K.; Engels, F. (2010a). Manifesto of the Communist Party. *In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. Collected Works. Volume 06 (Marx and Engels 1844-48). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. (2010b). *Collected Works. Volume 20 (Marx and Engels 1864-68). London: Lawrence & Wishart*
- \_\_\_\_\_. (2010g). Capital: a Critique of Political Economy. Vol. I, Book. I, The process of production of capital. *In: Marx, K.; Engels, F. Collected Works. Volume 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart*
- McLellan, D. (1995). *Karl Marx: a biography. London: Papermarc*
- Napoleoni, C. (1975). *Smith, Ricardo, Marx: observations on the history of economic thought. New York: Halsted Press Book, John Wiley & Sons*
- Ricardo, D. (1911). *The Principles of Political Economy and Taxation. London: J. M. Dent & Sons*
- Roncaglia, A. (2005). *The Wealth of Ideas: A History of Economic Thought. Cambridge: Cambridge University Press*